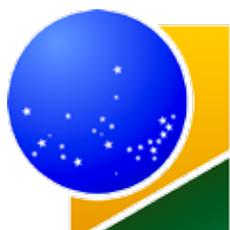


Case de Sucesso

it@CIO

Integrando CIOs, gerando conhecimento



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Paraná

Soluções de TI desenvolvidas pelo TRE/PR mudam os hábitos internos da organização e geram economia

## Perfil

---

A Justiça Eleitoral brasileira foi instituída com a adoção do voto secreto através do Decreto-Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

A trajetória do órgão é repleta de marcos históricos, importantes para seu desenvolvimento. Em 07 de junho de 1995, inicialmente em Curitiba, o alistamento eleitoral foi informatizado por um programa desenvolvido pela Secretaria de Informática. No dia 07 de dezembro de 1996 o trabalho de informatização dos Cartórios Eleitorais foi concluído. O eleitor paranaense, em uma única visita, levava seu título pronto em no máximo 15 minutos. A partir das eleições do ano 2000, todos os municípios brasileiros passaram a ter votação eletrônica.

O TRE/PR é composto por Fóruns Eleitorais, que são divididos em três módulos: área administrativa (espaço com salas para os cartórios eleitorais, juízes, conferência de títulos, audiências, além de instalações sanitárias e copa); depósito de urnas (área com capacidade para armazenamento das urnas do município e região, bem como instalações para realizar os procedimentos de carga e manutenção das urnas eletrônicas) e central de atendimento ao eleitor (destinada a receber os eleitores com conforto e agilidade. Conta com uma ampla área, extremamente iluminada e arejada, com assentos e guichês de atendimento).

De maneira ágil e transparente, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná garante a expressão inequívoca da vontade do eleitor. E o faz há 80 anos, com competência reconhecida no Brasil e no mundo.

*Site: [www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br)*

## Situação

---

Até o ano de 2008, toda a tramitação burocrática administrativa realizada na Justiça Eleitoral do Paraná era feita em papel. Os pedidos; requerimentos; processos de aquisição; assuntos de natureza pessoal (RH); contratos, dentre outras atividades relacionadas à burocracia administrativa, geravam grande volume de documentos. Os documentos ficavam arquivados por anos – em média dez – e ocupavam muito espaço para armazenamento, além de dificultarem os deslocamentos físicos dos funcionários com tais processos. A instituição precisou, então, buscar uma forma de resolver o impasse.

## Solução

---

A alta direção do TRE/PR propôs, à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, o desafio de informatizar de toda a tramitação de processos administrativos, eliminando a produção e consumo de documentos em papel.

Uma comissão interna formada por todas as áreas administrativas do órgão foi responsável pelo levantamento de todos os processos que até então tramitavam na organização e pelos requisitos de negócio que a aplicação deveria abraçar. Com desenvolvimento próprio levado a cabo pela Seção de Desenvolvimento de Sistemas, a STI colocou em produção o Processo Administrativo Digital, conhecido internamente como PAD.

Com o objetivo de atingir e superar a Meta nº 6 de 2010, proposta pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, a Justiça Eleitoral do Paraná também passou a desenvolver esforços para reduzir o consumo de recursos naturais. Assim, a instituição apresentou à Secretaria de TI dois outros projetos de desenvolvimento próprio e de adaptação de uso de sistemas de terceiros, voltados para os trabalhos de gestão dos Cartórios Eleitorais das 206 Zonas do Estado, também visando a redução de consumo de recursos naturais. Dentre estes, um sistema voltado ao gerenciamento eletrônico das comunicações externas de óbitos (Sistema de Óbitos usado desde 2010), e outro, de Informações de Direitos Políticos (Infodip, usado desde 2013). Estes, além de simplificarem o serviço dos Cartórios Eleitorais, foram de fundamental importância na redução do uso de papel.

A área de TI também adaptou o uso do Sistema de Informações Eleitorais – SIEL –, desenvolvido pelo TRE do Rio Grande do Sul, que possibilita a realização de consultas ao cadastro de eleitores por usuários externos habilitados (Juizes e Promotores de Justiça) do Brasil inteiro, eliminando por completo o trâmite de ofícios de requisição destas informações e suas respostas que também ocorriam em papel.

Todos esses projetos sugeridos por outros órgãos ou desenvolvidos pela própria equipe de TI do TRE/PR, foram essenciais para otimizar recursos em diferentes setores. O processo de transição completo foi feito em duas fases (12 meses na primeira e 10 meses na segunda) e demandou um investimento de aproximadamente R\$ 450 mil para a aquisição de Licenças Oracle, tokens de assinatura digital e storage. Ao todo, estiveram envolvidos, diretamente, 15 profissionais de TI.

## Benefícios

---

Os projetos (PAD, Óbitos, Infodip e SIEL) resultaram em diversos benefícios para a instituição.

Com relação ao PAD, desde sua implantação em 2009, tramitaram eletronicamente mais de 47 mil processos, com a produção de mais de 1 milhão e 100 mil documentos eletrônicos, alguns com inúmeras páginas. Com isso, a instituição ultrapassou a marca de 2 milhões de folhas de papel economizadas.

Anualmente são criados digitalmente mais de 8,5 mil processos, com uma produção aproximada de 200 mil documentos eletrônicos, sendo que estão em tramitação aproximadamente 14 mil processos. Se esses números forem multiplicados pelos demais 11 Tribunais Regionais Eleitorais do país, que hoje usam o PAD desenvolvido pelo TRE/PR, a escala de economia é ainda mais impressionante.

Com os demais projetos da CRE/PR, foi possível substituir quase por completo o uso de recursos naturais necessários para o trâmite físico de comunicações e ofícios referentes a óbitos, direitos políticos e endereços de eleitores, gerando uma economia de mais de 120 mil folhas de papel apenas entre junho de 2013 a abril de 2014.

## Fala, CIO!

---

*“A maioria absoluta das relações burocráticas entre os servidores do TRE/PR e as áreas de negócios, mesmo entre entes externos, nos dias atuais é feita de forma virtualizada, através de processos eletrônicos de geração e tramitação de documentos. Além da agilização deste trâmite, a economia de recursos naturais fortalece as ações de sustentabilidade da Justiça Eleitoral que, somadas à informatização do processo de votação já existente e ao Processo Judicial Eletrônico – PJE – em desenvolvimento pelo Tribunal Superior Eleitoral, eliminarão quase que por completo o uso de papéis e de outros recursos derivados da impressão de documentos, contribuindo para a sociedade como um todo.”*



Carlos Alcídio Emmel,  
CIO do TRE/PR”